



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

PL 1388/2023
00045-T

SF/23383.76236-99

EMENDA Nº , DE 2023 - CCJ

(ao Projeto de Lei nº 1.388, de 2023)

O art. 29 do PL nº 1.388, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.

§ 5º Se a Mesa arquivar a denúncia, caberá recurso ao Plenário, mediante requerimento da maioria dos membros da Casa ou de líderes que representem esse número, para que delibere por maioria simples quanto ao seu prosseguimento; provido o recurso, proceder-se-á na forma do § 4º.

§ 7º Se a Mesa não deliberar no prazo previsto no § 3º, a denúncia será automaticamente encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que delibere por maioria simples quanto ao seu prosseguimento, na primeira reunião da comissão e suspendendo-se a deliberação de todas as proposições enquanto não houver deliberação.

§ 8º Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao deliberar nos termos do § 7º, arquivar a denúncia, proceder-se-á na forma do § 5º.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O procedimento criado para admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade, além de prever a possibilidade de o Presidente da Casa Legislativa permanecer inerte e a consequência disso ser o arquivamento da denúncia, também está prevendo a possibilidade de a Mesa da Casa Legislativa permanecer inerte e isso



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23383.76236-99

ter por consequência a denúncia ficar parada na Mesa, bem como o aumento da quantidade do apoio de parlamentares para que a denúncia tenha sua admissibilidade apreciada (de $\frac{1}{3}$ no caso do Presidente para a maioria absoluta da denúncia estancada na Mesa).

Ora, se o Presidente já se quedou inerte, basta convencer a Mesa, do qual ele mesmo participa a fazer o mesmo e isso implicará na necessidade de reunião de um maior número de assinaturas para prosseguir com o andamento da admissibilidade. Essa estratégia protelatória somente se justifica caso se deseje dificultar a apuração dos crimes de responsabilidade.

Assim, de forma a evitar esses sucessivos arquivamentos por silêncio, estamos propondo, que, caso a Mesa permaneça inerte após seu prazo, a denúncia seja encaminhada para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faça o que a Mesa deixou de fazer. E, caso a CCJ archive a denúncia, essa decisão será equiparada à decisão de arquivamento da Mesa.

Havendo então algum tipo de decisão por arquivamento, seja da Mesa, seja da CCJ, passa a fazer sentido a exigência de um maior número de parlamentares para que a denúncia seja submetida ao Plenário.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta e o inconformismo dos parlamentares de boa vontade com a impunidade, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador Mecias de Jesus
Republicanos/RR